

# De 36 propostas votadas, só duas aprovadas

BRASÍLIA — Dos projetos polêmicos escolhidos pelos líderes partidários para votação este semestre, apenas dois foram aprovados: salário-mínimo e enriquecimento ilícito. Esses textos saíram do Congresso com mais 34 projetos, num total de 36 propostas votadas no semestre mas nem todas viraram lei. As seis propostas relativas ao aumento dos vencimentos do Judiciário, por exemplo, votadas a toque de caixa pelos parlamentares, foram vetadas por Collor.

Até o final do semestre, há 18 propostas prioritárias para votação, afora a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), único texto que, se não for votado até o final do mês, cancelará automaticamente o recesso. Além de propostas consideradas prioritárias

por Collor — como ajuste fiscal, lei dos portos, concessão de serviços públicos e propriedade industrial — os líderes incluíram propostas que têm mais de quatro anos de tramitação. É o caso do imposto sobre grandes fortunas e a lei de diretrizes e bases da educação.

— Daqui a pouco, a lei da educação vai debutar aqui. Já tentamos de tudo para levar o projeto ao plenário, já ouvimos todas as instituições públicas e privadas, mas os líderes não decidem. Estamos discutindo o projeto há quatro anos — disse o deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), que tem feito sucessivas romarias por gabinetes de lideranças para convencer os líderes a votar o projeto ainda este mês.

Há outros projetos que todos os anos são colocados na pauta mas acabam sobrando para o ano seguinte. Dessa relação constam os projetos de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a legislação relativa à reforma agrária e a lei orgânica dos partidos políticos.

O mais antigo parlamentar em atividade no Congresso, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), lembra com saudade do tempo em que presidia a Assembleia Constituinte e conseguia liderar os maiores períodos consecutivos de votação em Brasília na história do Legislativo no país. Ulysses lembra que, até recentemente, havia votações às terças, quartas e quintas — além de sessões de debates às segundas e sextas.